



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE FONOAUDIOLOGIA
CURSO DE FONOAUDIOLOGIA

Danyelee Afra Pereira

**A VIOLÊNCIA INFANTIL E A INFLUÊNCIA NA LINGUAGEM: Revisão Integrativa
de Literatura**

Florianópolis

2024

Danyelee Afra Pereira

**A VIOLÊNCIA INFANTIL E A INFLUÊNCIA NA LINGUAGEM: Revisão Integrativa
de Literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Fonoaudiologia do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Fonoaudiologia.

Orientadoras:

Professora Carolina Rogel de Souza
(*in memoriam*)

Prof^a. Dra. Renata Goulart Castro

Florianópolis
2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Pereira, Danyele Afra

A violência infantil e a influência na linguagem :
revisão de literatura / Danyele Afra Pereira ;
orientadora, Renata Goulart Castro, orientadora, Carolina
Rogel Souza, 2024.
20 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Saúde, Graduação em Fonoaudiologia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Fonoaudiologia. 2. Violência infantil. 3. Abuso
infantil. 4. Fonoaudiologia. 5. Linguagem. I. Castro,
Renata Goulart. II. Souza, Carolina Rogel III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Fonoaudiologia. IV. Título.

A VIOLÊNCIA INFANTIL E A INFLUÊNCIA NA LINGUAGEM: Revisão Integrativa de Literatura

CHILD ABUSE AND ITS INFLUENCE ON LANGUAGE: An Integrative Literature Review

LA VIOLENCIA INFANTIL Y SU INFLUENCIA EN EL LENGUAJE: Una Revisión Integrativa de la Literatura

Autores: Danyele Afra Pereira¹; Carolina Rogel de Souza²; Renata Goulart Castro³.

¹ Curso de Graduação em Fonoaudiologia, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis (SC), Brasil.

² Departamento de Fonoaudiologia, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis (SC), Brasil.

³ Departamento de Odontologia, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis (SC), Brasil.

RESUMO

Objetivo: Conduzir uma revisão da literatura científica sobre de que forma a violência infantil influencia na linguagem e quais estratégias podem ser adotadas para reduzir esses efeitos. **Método:** Este estudo utilizou a Revisão Integrativa da Literatura para organizar e sintetizar pesquisas sobre a influência da violência infantil na linguagem. Foram incluídos apenas estudos gratuitos, em português, inglês ou espanhol, publicados nos últimos dez anos, garantindo a atualidade e relevância dos dados. A busca foi realizada em bases como PubMed, SciELO e Scopus, com descritores padronizados. Dos 178 artigos encontrados inicialmente, 149 foram descartados por não atenderem aos critérios de inclusão. Ao final, 29 artigos compuseram a análise detalhada. **Resultados:** Os estudos analisados indicaram que a violência infantil contribui para atrasos no desenvolvimento linguístico, afetando as áreas fonológica, morfológica, semântica e sintática. Além disso, a violência impacta negativamente a saúde emocional das crianças, com repercussões na capacidade de aprendizagem e no desempenho escolar. **Conclusão:** A violência infantil tem impactos profundos e variados no desenvolvimento da linguagem, manifestando-se em atrasos significativos e dificuldades comunicativas. A presença de fatores de proteção e intervenções precoces podem reduzir esses efeitos adversos, destacando-se a importância de estratégias integradas de apoio.

Descritores: Abuso infantil. Fonoaudiologia. Linguagem. Violência infantil.

ABSTRACT

Objective: To conduct a scientific literature review on how child abuse influences language and what strategies can be adopted to mitigate these effects. **Method:** This

study employed an Integrative Literature Review to organize and synthesize research on the influence of child abuse on language. Only free studies in Portuguese, English, or Spanish, published within the last ten years, were included to ensure data relevance and currency. The search was conducted in databases such as PubMed, SciELO, and Scopus using standardized descriptors. Of the 178 articles initially identified, 149 were excluded for not meeting the inclusion criteria. Ultimately, 29 articles were selected for detailed analysis. **Results:** The analyzed studies indicated that child abuse contributes to delays in language development, affecting phonological, morphological, semantic, and syntactic areas. Moreover, violence negatively impacts children's emotional health, with repercussions on learning ability and academic performance. **Conclusion:** Child abuse profoundly and diversely impacts language development, manifesting in significant delays and communication difficulties. Protective factors and early interventions can mitigate these adverse effects, highlighting the importance of integrated support strategies.

Descriptors: Child abuse. Speech-language pathology. Language. Child violence.

RESUMEN

Objetivo: Conducir una revisión de la literatura científica sobre cómo la violencia infantil influye en el lenguaje y qué estrategias pueden adoptarse para mitigar estos efectos. **Método:** Este estudio utilizó una Revisión Integrativa de la Literatura para organizar y sintetizar investigaciones sobre la influencia de la violencia infantil en el lenguaje. Se incluyeron únicamente estudios gratuitos, en portugués, inglés o español, publicados en los últimos diez años, garantizando la relevancia y actualidad de los datos. La búsqueda se realizó en bases de datos como PubMed, SciELO y Scopus utilizando descriptores estandarizados. De los 178 artículos identificados inicialmente, 149 fueron descartados por no cumplir con los criterios de inclusión. Finalmente, 29 artículos fueron seleccionados para un análisis detallado.

Resultados: Los estudios analizados indicaron que la violencia infantil contribuye a retrasos en el desarrollo del lenguaje, afectando áreas fonológicas, morfológicas, semánticas y sintácticas. Además, la violencia impacta negativamente en la salud emocional de los niños, con repercusiones en su capacidad de aprendizaje y rendimiento escolar. **Conclusión:** La violencia infantil tiene impactos profundos y variados en el desarrollo del lenguaje, manifestándose en retrasos significativos y dificultades comunicativas. La presencia de factores de protección y las intervenciones tempranas pueden mitigar estos efectos adversos, destacando la importancia de estrategias integradas de apoyo.

Descriptor: Maltrato infantil. Fonoaudiología. Lenguaje. Violencia infantil.

1 INTRODUÇÃO

A violência infantil, compreendida como abuso emocional, físico, sexual, negligência ou exploração, compromete não apenas a saúde, mas também o desenvolvimento integral da criança. Definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como qualquer ação ou omissão que resulte em danos ou sofrimento, a violência no contexto infantil ocorre em um cenário de desequilíbrio de poder, sendo considerada um problema global que transcende barreiras socioeconômicas e culturais^{1,2}. No contexto brasileiro, a subnotificação de casos e a normalização da violência ampliam a vulnerabilidade de milhares de crianças, muitas vezes invisíveis aos sistemas de proteção^{3,4}.

Os impactos da violência infantil ultrapassam o âmbito físico, afetando

profundamente o desenvolvimento psicológico e cognitivo. Crianças expostas a ambientes de violência demonstram maior incidência de transtornos emocionais, como ansiedade e depressão, que prejudicam as habilidades como a linguagem e a comunicação^{5,6}. Estudos apontam que experiências adversas na infância podem alterar circuitos neurobiológicos responsáveis pela regulação emocional e pela cognição verbal, gerando atrasos ou comprometimentos duradouros⁷. A linguagem, enquanto habilidade essencial para a interação social e a expressão emocional, apresenta uma relação intrínseca com o desenvolvimento cognitivo e social. Crianças que vivenciam violência frequentemente manifestam dificuldades em aspectos como vocabulário, construção sintática e compreensão de nuances comunicativas. Essas limitações, além de restringirem o desempenho escolar, podem perpetuar ciclos de isolamento e vulnerabilidade social^{8,9}.

Além disso, a violência impacta a habilidade da criança de interpretar e expressar emoções por meio da linguagem, prejudicando tanto a comunicação verbal quanto a não verbal. Esse quadro pode se agravar pela ausência de ambientes seguros que promovam estímulos linguísticos adequados, especialmente em contextos de baixa escolaridade e recursos familiares limitados¹⁰.

O papel da família e de instituições como escolas e serviços de saúde é central na identificação e mitigação desses danos. A intervenção precoce, aliada a programas que integrem aspectos pedagógicos e terapêuticos, pode reduzir significativamente os impactos negativos da violência no desenvolvimento infantil. Pesquisas indicam que abordagens colaborativas entre pais, educadores e profissionais de saúde contribuem para a recuperação de habilidades linguísticas e emocionais prejudicadas¹¹.

Fonoaudiólogos têm um papel estratégico na detecção precoce e no manejo de dificuldades linguísticas associadas à violência. Essa atuação deve ser pautada por instrumentos de avaliação sensíveis e pela implementação de estratégias terapêuticas baseadas em evidências, que considerem os múltiplos contextos de vulnerabilidade das crianças¹².

Diante desse cenário, a pesquisa científica desempenha um papel essencial ao oferecer subsídios para práticas terapêuticas mais eficazes. Estudos recentes enfatizam a importância de compreender os mecanismos pelos quais a violência afeta o desenvolvimento linguístico, de modo a orientar políticas públicas e práticas clínicas mais assertivas⁵.

O objetivo do presente artigo foi conduzir uma revisão integrativa da literatura científica buscando responder a questão: de que forma a violência infantil influencia na linguagem e quais estratégias ou ações são relatadas para reduzir esses efeitos?

2 METODOLOGIA

Este estudo adota a metodologia de revisão integrativa da literatura, que se destaca por sua capacidade de sintetizar e organizar sistematicamente os resultados de diferentes pesquisas sobre um tema específico. Optou-se por essa abordagem devido à necessidade de uma visão integral sobre a violência infantil e sua influência na linguagem. A revisão integrativa permite a compilação dos achados de estudos anteriores e a identificação de lacunas, além de possibilitar a proposição de novas perspectivas para investigações futuras.

Os critérios de inclusão foram estabelecidos para assegurar a relevância e a qualidade dos dados. Foram selecionados textos sobre violência infantil e a influência da violência infantil na linguagem. Os estudos disponíveis na íntegra e

gratuitamente foram incluídos. A revisão considerou textos publicados em português, inglês e espanhol para incorporar uma diversidade de perspectivas linguísticas e culturais. Foram incluídos estudos publicados no período de janeiro de 2014 à setembro de 2024. Foram excluídos da análise os estudos que não atendiam aos critérios de inclusão. Textos que não se alinhavam ao tema proposto ou que não estivessem disponíveis gratuitamente foram desconsiderados. Também foram excluídos os textos publicados em idiomas diferentes dos especificados (português, inglês e espanhol) e aqueles publicados há mais de dez anos. A coleta foi conduzida nas bases de dados PubMed, SciELO, LILACS, Scopus, Web of Science e Google Acadêmico. Essas bases foram escolhidas por sua ampla abrangência e relevância em pesquisas relacionadas à saúde, educação e ciências sociais. A busca foi estruturada utilizando-se descritores específicos relacionados à influência da violência infantil na linguagem, definidos a partir de consulta à terminologia padronizada, como os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e os Medical Subject Headings (MeSH), conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Estratégia de busca com descritores e operadores booleanos utilizados na revisão integrativa.

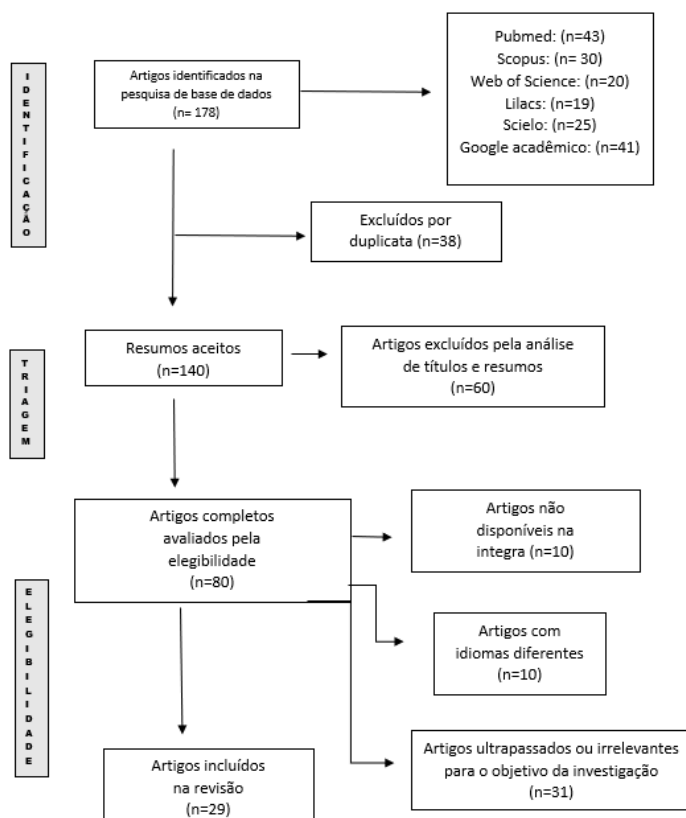
Categoria	Descrição/Termos Utilizados
Bases Consultadas	Pubmed, Scielo, Lilacs, Scopus, Web of Science e Google Acadêmico.
Descritores em Inglês	Speech Therapy, Speech Therapies, Speech language and Hearing Sciences, Speech and Hearing Studies, Communication problems, Language difficulties, Language Problems, Child Maltreatment, Child Neglect, Childhood Sexual Abuse, Physical Child Neglect, Childhood Neglect Experience.
Descritores em Espanhol/Português	Abuso infantil, Fonoaudiologia, Linguagem, Violência infantil, Fonoterapia, Terapia da Fala, Maus-Tratos Infantis, Problemas de comunicación, Dificultades del lenguaje, Abuso Sexual de Niños, Acoso Sexual Infantil, Problemas de linguagem.
Operadores Booleanos	AND, OR

3 RESULTADOS

Foram identificados 178 artigos, que passaram por análise. Nesta primeira etapa, foram lidos títulos e resumos para verificar sua compatibilidade com os critérios de inclusão. Estudos que não atendiam a esses critérios foram excluídos.

Foram descartados 149 por falta de alinhamento com o tema central da pesquisa, por terem sido publicados em idiomas diferentes dos especificados, ou ainda por estarem duplicados. Ao final desse processo, 29 artigos foram selecionados como fontes principais para compor a análise.

Figura 1. Fluxograma do processo de busca e análise dos artigos.



Análise dos dados

A análise dos artigos seguiu uma abordagem qualitativa, considerada mais adequada para compreender a profundidade e a complexidade dos fenômenos relacionados ao impacto da violência infantil na linguagem. Optou-se pela Análise Temática, uma técnica amplamente utilizada na pesquisa qualitativa, que permite a identificação, organização e interpretação de padrões significativos nos dados. Com base nos princípios de Bardin (1977) e Minayo (1994), a análise foi dividida em três fases:

1. **Leitura exploratória:** Nesta etapa inicial, foi realizada uma leitura dos artigos selecionados, permitindo uma visão geral do conteúdo e identificando elementos importantes para as etapas seguintes. Essa fase foi determinante para a familiarização com o material e para a construção de categorias iniciais.

2. **Codificação e categorização:** Os 29 artigos selecionados foram lidos integralmente e suas informações foram codificadas e organizadas em quatro categorias principais, conforme Quadro 2.

Quadro 2. Categorização dos artigos selecionados.

Categoria e quantidade artigos	Artigos incluídos
<p>Direito das Crianças (n=3): Destaca o papel fundamental da legislação e das políticas públicas na proteção dos direitos das crianças e adolescentes. As leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a atuação de organismos internacionais, como a UNICEF, são essenciais para garantir a implementação de medidas que assegurem o bem-estar e a segurança das crianças, prevenindo abusos e promovendo o desenvolvimento saudável.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O Código de Menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais: O nascimento da justiça juvenil¹³. - 30 anos de direitos da criança e do adolescente: uma análise da trajetória da política pública no Brasil¹⁴. - Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementaridade, desafios e diferenças¹⁵.
<p>Identificação da Violência Infantil na Atenção Primária à Saúde (n=5): Esses artigos destacaram como a identificação da violência infantil na atenção primária à saúde é fundamental para garantir que os profissionais de saúde estejam capacitados para detectar sinais de abuso e tomar as ações apropriadas para proteger as crianças. A articulação entre saúde, educação e assistência social é essencial para promover um cuidado integral e a proteção dos direitos infantis, prevenindo danos a longo prazo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Notificação da violência infantil, fluxos de atenção e processo de trabalho dos profissionais da atenção primária em saúde¹. - Atividades profissionais do fonoaudiólogo na Atenção Primária à Saúde no Brasil¹⁷. - Enfrentamento das situações de violência contra crianças e adolescentes na perspectiva de Conselheiros Tutelares¹⁹. - Quebrando o silêncio: violência familiar e o trabalho clínico de profissionais da saúde²⁰. - Violência contra crianças e adolescentes: intervenções multiprofissionais da atenção primária à saúde na escola. Saúde em Debate²³.
<p>Subnotificação da violência infantil (n=3): Esses estudos discutem a dificuldade em identificar e registrar casos de violência, com impacto direto</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Um muro de silêncio: a subnotificação do abuso sexual infantil intrafamiliar²⁵. - O impacto da violência doméstica no desenvolvimento infantil²¹.

<p>na falta de assistência às crianças.</p>	<p>- Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública²⁴.</p>
<p>Efeitos duradouros da Violência no Desenvolvimento linguístico (n=18): Retratam como os efeitos da violência no desenvolvimento linguístico das crianças são alarmantes. Estudos mostram que experiências adversas na infância, como abuso físico e emocional, podem afetar significativamente a aquisição e o desenvolvimento da linguagem. Isso pode gerar impactos a longo prazo na cognição, comunicação e interação social das crianças, destacando a necessidade de intervenções precoces para reduzir esses efeitos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Violência doméstica e seus reflexos no desenvolvimento infantil³. - Adverse childhood experiences and their impact on language development⁵. - Neurobiological mechanisms linking childhood trauma to language difficulties⁶. - Impactos da violência infantil no desenvolvimento cognitivo e emocional⁷. - The role of early caregiving environments in language development⁸. - Violência infantil e seu impacto na comunicação: Uma revisão crítica⁹. - Fatores de risco e estimulação ambiental no desenvolvimento da linguagem¹⁰. - Família e escola como agentes protetores no desenvolvimento infantil em situação de violência¹¹. - O papel da fonoaudiologia no manejo de dificuldades linguísticas associadas à violência¹² - O impacto da violência doméstica no desenvolvimento infantil²¹. - As consequências da violência infantil no desenvolvimento da linguagem e cognição: uma análise longitudinal²⁶ - Violência infantil no Brasil e suas consequências psicológicas: uma revisão sistemática²⁷. - Fatores de risco e de proteção para atrasos no desenvolvimento da linguagem²⁸. - Manhês: implicações na aquisição e no atraso de linguagem²⁹. - As Linguagens da Comunicação: Principais Perturbações da Linguagem ao Longo do Ciclo Vital e Comunicação em Saúde³⁰. - Evolução da oferta de fonoaudiólogos no SUS: um estudo sobre a correlação com os indicadores sociais no Brasil na última década³¹.

	<p>- Alterações na comunicação em crianças vítimas de violência: reflexões para a Fonoaudiologia³².</p> <p>- Linguagem oral e escrita na Educação Infantil: relação com variáveis ambientais³³.</p>
--	---

3. **Síntese e interpretação:** Na etapa final, os dados categorizados foram interpretados para responder à questão central da pesquisa, destacando tanto os avanços quanto as lacunas no conhecimento sobre a influência da violência infantil na linguagem.

Com base na análise dos 29 artigos selecionados, os resultados foram organizados e apresentados em quatro categorias principais: os direitos das crianças, a identificação da violência infantil na atenção primária à saúde, a subnotificação da violência e os efeitos duradouros da violência no desenvolvimento linguístico. A divisão dessas categorias possibilita um aprofundamento das reflexões presentes nos artigos, permitindo uma análise mais detalhada sobre as diferentes facetas da violência infantil e suas repercussões, tanto em termos legais quanto de saúde, sociais e emocionais.

Os estudos analisados indicaram que a violência infantil contribui para atrasos no desenvolvimento linguístico, afetando as áreas fonológicas, morfológicas, semânticas e sintáticas. Além disso, a violência impacta negativamente os aspectos emocionais das crianças, com repercussões na capacidade de aprendizagem e no desempenho escolar. Esses achados confirmam a importância de se implementar estratégias de prevenção e intervenção precoces, uma vez que os efeitos da violência não se limitam ao imediato, mas afetam a vida das crianças de forma duradoura.

3.1 DIREITO DAS CRIANÇAS

O Código de Menores de 1927 foi o primeiro marco legal brasileiro direcionado aos direitos das crianças e adolescentes. Embora a legislação tenha introduzido avanços, como o estabelecimento da maioridade penal a partir dos 18 anos, sua abordagem era predominantemente repressiva e assistencialista, focada em crianças consideradas em “situação irregular”, como as abandonadas e infratoras¹³. Este modelo evoluiu com o tempo, culminando em legislações mais protetivas.

A Constituição Federal de 1988 representou uma mudança de paradigma ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos, determinando que esses direitos fossem tratados com prioridade absoluta. Entre as garantias constitucionais estão o acesso à saúde, educação, profissionalização, dignidade e proteção contra negligência, discriminação, exploração e violência. Esses princípios foram amplamente discutidos e reforçados em estudos que apontam o impacto positivo de políticas públicas estruturadas na redução de vulnerabilidades infantis¹⁴.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, marcou um divisor de águas ao definir conceitos como criança (pessoa até 12 anos incompletos) e adolescente (entre 12 e 18 anos). O ECA ampliou as responsabilidades da família, da sociedade e do Estado, que passaram a

compartilhar o dever de proteger os direitos das crianças e adolescentes¹⁵.

O Artigo 3º do ECA estabelece que crianças e adolescentes têm direito a todas as garantias fundamentais inerentes à pessoa humana, complementado pelo Artigo 4º, que reforça a prioridade absoluta na efetivação desses direitos. Pesquisas demonstram que países que implementaram legislações semelhantes ao ECA apresentam menores índices de violência infantil e melhores indicadores de desenvolvimento infantil^{14, 16}. Outro ponto essencial do ECA é a criação do Conselho Tutelar, órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes. O Conselho Tutelar desempenha papel fundamental no acolhimento de denúncias, encaminhamento de casos e articulação com outros serviços de proteção¹⁷.

Apesar dos avanços, a implementação do ECA ainda enfrenta desafios, como a insuficiência de recursos e a falta de capacitação contínua de profissionais que atuam diretamente com crianças. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil possui lacunas na proteção integral da infância, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Dados do relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apontam que as desigualdades socioeconômicas dificultam o acesso aos direitos básicos garantidos pelo ECA, como educação e saúde de qualidade¹⁸.

A violência contra crianças continua sendo uma das principais barreiras para a garantia de direitos. De acordo com o Ministério da Saúde, em 2020, mais de 30 mil casos de violência contra crianças foram registrados no Brasil, sendo que a maioria ocorreu no ambiente doméstico. A integração entre saúde, assistência social e educação é fundamental para mitigar essa realidade¹⁹.

A evolução da legislação brasileira reflete um esforço contínuo para transformar a realidade das crianças e adolescentes, reconhecendo-os como prioridade absoluta em políticas públicas. Contudo, ainda há desafios na implementação plena das garantias estabelecidas pelo ECA e pela Constituição Federal de 1988. A articulação entre diferentes esferas do poder público e a sociedade civil permanece essencial para a construção de um ambiente seguro e promissor para as crianças brasileiras.

3.2 IDENTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA INFANTIL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

O Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição Federal de 1988, tem como princípios fundamentais a universalidade, integralidade e equidade, o que inclui o atendimento às crianças em situação de vulnerabilidade. A Atenção Primária à Saúde (APS) é o ponto de entrada do SUS, onde profissionais de saúde, incluindo fonoaudiólogos, desempenham papel importante na identificação e notificação de casos de violência infantil^{17,2}.

A identificação da violência infantil na APS é um desafio que exige observação criteriosa e sensibilidade. Muitos sinais de violência, especialmente os emocionais, não são facilmente visíveis, exigindo a integração de diferentes disciplinas e a adoção de estratégias intersetoriais²⁰. A fonoaudiologia, nesse contexto, não apenas reabilita, mas também identifica alterações na comunicação que podem indicar traumas psicológicos relacionados à violência. Um exemplo são dificuldades na linguagem expressiva ou falhas no desenvolvimento esperado de habilidades comunicativas, que muitas vezes refletem um ambiente doméstico hostil ou negligente¹⁷.

Segundo a OMS, a violência intrafamiliar é uma das formas mais comuns de abuso infantil, geralmente invisível para sistemas de saúde que carecem de mecanismos adequados de triagem. Estudos mostram que os responsáveis, que frequentemente são os próprios perpetradores, contribuem para uma subnotificação alarmante, dificultando a assistência às crianças²¹. Isso reforça a necessidade de capacitação de profissionais na APS para observar sinais mais sutis, como mudanças comportamentais, retraimento social ou dificuldade de formar vínculos durante as consultas.

Um aspecto relevante da atuação fonoaudiológica está relacionado à triagem durante consultas rotineiras. A avaliação da comunicação verbal pode identificar alterações na fala ou na compreensão que indicam experiências traumáticas. Profissionais que lidam diretamente com crianças podem observar sintomas como gagueira adquirida, mutismo seletivo ou dificuldades de articulação, que, em muitos casos, estão associados ao sofrimento emocional²².

Outro aspecto relevante é a relação de confiança construída entre o profissional e a criança durante as consultas. Crianças que foram vítimas de violência frequentemente têm dificuldade em verbalizar suas experiências devido ao medo de represálias ou à ausência de um ambiente seguro. Profissionais de saúde treinados em comunicação empática podem criar condições favoráveis para que a criança se sinta à vontade para relatar situações de abuso².

Ainda, campanhas educativas dentro da APS desempenham papel importante na conscientização das comunidades sobre a violência infantil. Programas que envolvem escolas e famílias podem reduzir barreiras para a denúncia e promover ambientes mais protetivos. Na literatura, destaca-se a eficácia de abordagens comunitárias para diminuir a incidência de abuso e aumentar a vigilância por parte da sociedade civil²³.

Crianças em situação de violência intrafamiliar apresentam maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de transtornos de saúde mental, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático. Além disso, essas crianças frequentemente enfrentam dificuldades no ambiente escolar, manifestando desempenho acadêmico reduzido e dificuldades de interação social. No contexto da APS, a identificação precoce desses sinais é essencial, pois permite o encaminhamento para serviços especializados e, conseqüentemente, a interrupção de ciclos de violência, além de oferecer suporte para a reabilitação das vítimas. Conforme reforçam Lima et al. (2021)¹⁷, é indispensável a implementação de protocolos claros e treinamento contínuo para os profissionais de saúde, garantindo uma abordagem multidisciplinar e eficaz na identificação e tratamento de casos de violência infantil.

3.3 SUBNOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA

A subnotificação da violência infantil é um problema crítico e multifacetado, que agrava a invisibilidade do problema e dificulta a formulação de políticas públicas eficazes. Embora a legislação brasileira determine a obrigatoriedade de notificação de casos suspeitos ou confirmados por profissionais de saúde, a realidade mostra que muitos casos não chegam ao conhecimento das autoridades competentes²⁰.

Estima-se que, para cada caso notificado de violência infantil, existam outros 15 a 20 não registrados. Essa discrepância reflete barreiras institucionais, como a falta de treinamento adequado e a ausência de sistemas de registro integrados, além de fatores culturais e sociais, como o medo de represálias e a naturalização de

práticas abusivas em algumas comunidades¹.

Estudos destacam o impacto positivo de sistemas eletrônicos de registro e acompanhamento na melhoria das taxas de notificação. Esses sistemas permitem o monitoramento contínuo das vítimas e facilitam o acesso a informações críticas para o tratamento e a proteção das crianças²⁴. Além disso, ferramentas digitais podem ser utilizadas para capacitar profissionais de saúde, oferecendo materiais de treinamento interativos e protocolos¹⁷.

A integração entre setores, como saúde, educação e segurança pública, também é essencial para combater a subnotificação. Parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) e organizações comunitárias podem complementar as ações do SUS, ampliando o alcance das estratégias de prevenção e assistência às vítimas².

Outro ponto relevante é o papel da sociedade na denúncia de casos de violência infantil. Estudos mostram que a maioria das denúncias recebidas pelos Conselhos Tutelares é feita de forma anônima, indicando o medo generalizado. Campanhas de conscientização podem ajudar a mudar essa realidade, incentivando o engajamento ativo da comunidade na proteção infantil²¹.

É importante reconhecer que a subnotificação tem consequências graves para as vítimas. Sem identificação e intervenção precoce, as crianças abusadas enfrentam maiores riscos de desenvolver transtornos psicológicos, dificuldades de aprendizado e perpetuar ciclos de violência na idade adulta. Por isso, o fortalecimento das estratégias de notificação é essencial para a promoção de um sistema de saúde mais equitativo e efetivo²⁵.

3.4 EFEITOS DURADOUROS DA VIOLÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO LINGÜÍSTICO

O impacto da violência infantil no desenvolvimento da linguagem é um dos efeitos mais prejudiciais a longo prazo, afetando as habilidades cognitivas, emocionais e sociais das crianças. A exposição contínua a abusos ou negligência pode resultar em atrasos e dificuldades no desenvolvimento da fala, linguagem e comunicação, o que pode ter repercussões duradouras na vida da criança e até na idade adulta. O estudo de Bettio et al. (2019)²⁸ revela que o impacto da violência no desenvolvimento linguístico vai além das dificuldades imediatas e pode afetar áreas mais complexas da linguagem, como a sintaxe e a semântica, prejudicando a capacidade da criança de construir frases e compreender conceitos.

A exposição à violência pode afetar as áreas cerebrais responsáveis pelo processamento da linguagem, como o córtex pré-frontal, que está diretamente relacionado à atenção e ao controle executivo²⁶. Quando uma criança é exposta a um ambiente violento, há uma sobrecarga emocional que pode prejudicar o funcionamento dessas áreas cerebrais, prejudicando a capacidade de aprender novas palavras e formar sentenças adequadas.

Estudos de Galvão (2019)³⁰ e Silva et al. (2021)³¹ indicam que as dificuldades linguísticas resultantes da violência infantil podem se manifestar de formas distintas, dependendo da gravidade e da duração do abuso. As crianças que sofrem abuso contínuo tendem a apresentar déficits mais graves na fala e na comunicação, enquanto aquelas que vivenciam episódios isolados de violência podem ter dificuldades mais pontuais. No entanto, ambas as situações podem levar a consequências significativas no desenvolvimento linguístico, como a dificuldade de expressão verbal e a capacidade de compreender e utilizar as normas gramaticais

da língua.

Além dos efeitos diretos na linguagem, a violência também afeta o desenvolvimento emocional e psicológico da criança, o que por sua vez prejudica ainda mais suas habilidades de comunicação. Crianças vítimas de abuso frequentemente apresentam dificuldades emocionais, como depressão, ansiedade e transtornos de estresse pós-traumático²⁷. Esses distúrbios emocionais podem inibir a capacidade de socialização e dificultar o uso adequado da linguagem, uma vez que a comunicação é uma ferramenta fundamental para a interação social.

No contexto da fonoaudiologia, é fundamental que os profissionais reconheçam as diferentes formas de manifestações de distúrbios linguísticos em crianças vítimas de violência. Além dos sintomas típicos, como dificuldades de fala, uma criança pode demonstrar comportamentos que indicam insegurança ou desconforto, como o retraimento social e o medo excessivo de interações com os outros²⁸. Isso reflete como a violência interfere não apenas nas capacidades linguísticas, mas também nas competências sociais e emocionais, que são interdependentes.

O desenvolvimento da linguagem não ocorre de maneira isolada, está intimamente ligado ao contexto social e emocional em que a criança está inserida. Quando esse contexto é negativo, como no caso de violência, a criança tem menos oportunidades de experimentar e aprender as complexidades da comunicação humana. A ausência de modelos de linguagem adequados e de um ambiente estimulante pode resultar em uma aquisição prejudicada das habilidades linguísticas, especialmente em crianças pequenas, cujos cérebros estão em fase de desenvolvimento mais intenso²⁹.

De acordo com estudo de Sanches et al. (2019)²⁴, a violência também pode afetar a memória verbal e a capacidade de compreensão, áreas essenciais para o aprendizado e o desenvolvimento acadêmico da criança. As dificuldades de memória verbal podem se traduzir em uma incapacidade de reter e utilizar informações linguísticas adquiridas ao longo do tempo, o que prejudica o desempenho acadêmico e social da criança. Além disso, a dificuldade de compreensão também pode afetar a interação com os outros, já que a criança terá dificuldade em processar informações verbais complexas e em compreender as normas sociais de comunicação.

Outro aspecto importante é o impacto da violência no desenvolvimento da leitura e escrita, habilidades intimamente ligadas ao desenvolvimento da linguagem oral. O estudo de Lima et al. (2021)¹⁷ destaca que crianças que sofrem abuso ou negligência tendem a apresentar dificuldades significativas na aquisição da leitura e escrita, o que pode resultar em baixo desempenho escolar e dificuldades de adaptação ao ambiente educacional. A relação entre o desenvolvimento linguístico e o aprendizado da leitura e escrita é complexa, mas é evidente que a violência infantil prejudica essa trajetória, resultando em uma diminuição das habilidades cognitivas e linguísticas essenciais para o sucesso acadêmico.

As consequências a longo prazo da violência sobre o desenvolvimento linguístico também são observadas na adolescência e na vida adulta. Os adolescentes que foram vítimas de violência na infância frequentemente têm dificuldades de comunicação e enfrentam desafios relacionados ao seu desenvolvimento acadêmico e social. Além disso, o impacto psicológico da violência, como ansiedade e depressão, pode persistir na vida adulta, afetando a capacidade de manter relações interpessoais e profissionais satisfatórias²⁶.

A intervenção precoce é fundamental para reduzir os efeitos negativos da

violência no desenvolvimento da linguagem. O trabalho de Bettio et al. (2019)²⁸ sugere que, quanto mais cedo a criança receber apoio terapêutico, maiores são as chances de recuperação das suas habilidades linguísticas e emocionais. Isso inclui a fonoaudiologia, que pode desempenhar um papel importante na reabilitação das funções cognitivas e linguísticas afetadas pela violência, além de ajudar as crianças a se adaptarem socialmente e a desenvolverem habilidades adequadas de comunicação.

DISCUSSÃO

A análise sobre os direitos das crianças e a influência da violência no desenvolvimento linguístico reforça a relevância de um olhar multidisciplinar e de ações articuladas entre setores da sociedade. O contexto brasileiro, marcado por desigualdades estruturais e desafios no acesso a direitos básicos, torna ainda mais urgente o fortalecimento de políticas públicas que garantam proteção integral às crianças. O Código de Menores de 1927 e as legislações posteriores, como a Constituição de 1988 e o ECA, representam avanços fundamentais, mas a implementação dessas normas ainda enfrenta barreiras práticas, como a subnotificação de casos de violência e a dificuldade de acesso aos serviços de proteção²⁵.

Um dos aspectos centrais discutidos na literatura é a lacuna entre o que a legislação prevê e o que, de fato, é vivenciado pelas crianças em situação de violência. Enquanto o ECA garante direitos como saúde, dignidade e proteção contra negligência, a realidade de muitas famílias é marcada por vulnerabilidades socioeconômicas que perpetuam ciclos de violência e desamparo. Esse cenário compromete a efetivação do princípio da prioridade absoluta, previsto no Artigo 227 da Constituição Federal, que responsabiliza tanto o Estado quanto a sociedade pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes¹⁶.

Outro ponto crítico é a subnotificação da violência infantil, que agrava os desafios de combate e prevenção. A falta de capacitação de profissionais da saúde e educação para identificar sinais de abuso, combinada ao medo ou desconhecimento das famílias em relação aos canais de denúncia, resulta em uma invisibilidade alarmante do problema. Estudos indicam que a subnotificação é amplificada em casos de violência intrafamiliar, onde as relações de poder e dependência emocional dificultam a quebra do silêncio²⁰. Essa situação evidencia a necessidade de investimento em campanhas de conscientização e na formação contínua de profissionais para lidar com esse tema de forma ética e eficaz.

A violência infantil não apenas compromete o bem-estar físico e emocional das crianças, mas também afeta diretamente seu desenvolvimento cognitivo e linguístico. Pesquisas destacam que crianças expostas à violência apresentam atrasos em aspectos como vocabulário, organização sintática e habilidades pragmáticas, refletindo as limitações de um ambiente que não favorece interações enriquecedoras^{32,33}. Além disso, os impactos da violência ultrapassam a linguagem oral, influenciando negativamente o desempenho escolar, a interação social e a autoestima da criança, criando barreiras para seu pleno desenvolvimento.

A interação entre fatores biológicos e ambientais é outro elemento relevante. Enquanto aspectos genéticos podem influenciar a aquisição da linguagem, o ambiente familiar tem um papel preponderante em oferecer estímulos adequados e suportes emocionais. Quando o ambiente doméstico é marcado por violência, a falta de estímulos positivos e o estresse constante comprometem o desenvolvimento linguístico. Em contrapartida, intervenções precoces que envolvam suporte

terapêutico, escolar e comunitário podem minimizar os danos e promover a recuperação das habilidades afetadas²⁹.

É imprescindível enfatizar o papel da sociedade civil e das instituições públicas na construção de ambientes seguros e acolhedores para as crianças. As escolas, por exemplo, podem funcionar como espaços de proteção e identificação de abusos, enquanto serviços de saúde devem atuar como porta de entrada para a rede de apoio. A articulação de diferentes setores é essencial para prevenir a violência e seus efeitos, promovendo ações integradas que atendam tanto às necessidades imediatas quanto ao fortalecimento de fatores protetivos para o desenvolvimento saudável da linguagem e do bem-estar geral da criança³¹.

A violência infantil, além de afetar diretamente o desenvolvimento linguístico, impacta a cognição, a socialização e a saúde emocional das crianças, criando um ciclo de prejuízos que se estende por diferentes aspectos do desenvolvimento humano^{6,8}. Em particular, a exposição a contextos de violência afeta circuitos cerebrais responsáveis pela linguagem e regulação emocional, como o córtex pré-frontal comprometendo não apenas a aquisição de novas palavras e a formulação de sentenças, mas também a capacidade de compreender nuances comunicativas essenciais para a interação social²⁶. Esse quadro reforça a necessidade de intervenções interdisciplinares que integrem fonoaudiologia, psicologia e educação, permitindo uma recuperação mais detalhada das crianças afetadas.

Ademais, a literatura ressalta a importância de ambientes protetores para reduzir os impactos da violência e promover o desenvolvimento saudável da linguagem. Programas educativos que integram famílias e escolas, como os descritos por Elsen et al. (2019)¹¹, podem oferecer o suporte necessário para superar atrasos e criar condições mais favoráveis ao aprendizado. No entanto, ainda existem desafios na implementação de políticas públicas que assegurem a equidade no acesso a esses programas, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, onde a violência infantil é mais prevalente⁵. Assim, é essencial o fortalecimento de redes de proteção social e a capacitação contínua de profissionais que atuam na linha de frente da saúde e educação, garantindo intervenções precoces e eficazes.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar a influência da violência infantil no desenvolvimento da linguagem por meio de uma revisão integrativa da literatura. Crianças expostas à violência física, sexual, emocional e negligência enfrentam um risco maior de desenvolver atrasos e dificuldades linguísticas, que incluem comprometimentos na comunicação oral e escrita, limitações na compreensão e expressão verbal, e distúrbios específicos que afetam fonologia, morfologia, semântica e sintaxe. A violência muitas vezes impacta o desenvolvimento neurológico, causando alterações funcionais em áreas cerebrais essenciais para a linguagem e gerando déficits cognitivos e emocionais. Ainda, ambientes instáveis e carentes de estímulos adequados perpetuam ciclos de vulnerabilidade, afetando também a socialização, o desempenho acadêmico e a saúde mental das crianças, com impactos duradouros e muitas vezes irreversíveis.

Intervenções precoces, integradas e multidisciplinares são indispensáveis para reverter os efeitos da violência infantil. Profissionais de saúde, educadores, assistentes sociais e psicólogos desempenham um papel essencial na identificação

de sinais, reabilitação linguística e suporte emocional das crianças afetadas. Estratégias que fortaleçam o vínculo familiar, criem ambientes acolhedores e estimulem a comunicação são fundamentais. Além disso, políticas públicas eficazes, como programas educativos, capacitação de profissionais e melhoria dos sistemas de notificação e acompanhamento, são essenciais para romper ciclos de violência.

Este estudo destaca a importância de pesquisas futuras para compreender os impactos de longo prazo e aprimorar abordagens terapêuticas, reforçando a relevância de ações coordenadas para assegurar o desenvolvimento saudável e a dignidade das crianças.

REFERÊNCIAS

1. Egry EY, Apostólico MR, Moraes TCP. Notificação da violência infantil, fluxos de atenção e processo de trabalho dos profissionais da atenção primária em saúde. *Cien Saude Colet.* 2018;23(1):83-92. doi:10.1590/1413-81232018231.22062017.
2. Organização Mundial da Saúde. *Global Status Report on Violence Prevention.* Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2014.
3. Costa AG, Teixeira CM. Violência doméstica e seus reflexos no desenvolvimento infantil. *Rev Psicol Social.* 2017;29(3):54-65.
4. Organização Mundial da Saúde. *Relatório global sobre prevenção da violência contra crianças.* Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2016.
5. Danese A, Smith P, Chitsabesan P, Dubicka B. Adverse childhood experiences and their impact on language development. *Lancet Psychiatry.* 2017;4(5):374-386. doi:10.1016/S2215-0366(17)30076-7.
6. Gong X, Li Y, Zhang W, et al. Neurobiological mechanisms linking childhood trauma to language difficulties. *Front Psychol.* 2019. doi:10.3389/fpsyg.2019.00857.
7. Silva LD da, Costa ACA, Almeida MF de. Impactos da violência infantil no desenvolvimento cognitivo e emocional. *Rev Psicol: Teoria e Prática.* 2024;29(3):95-109. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT169723>.
8. Harris A, Belsky J, Pasco Fearon RM. The role of early caregiving environments in language development. *Dev Psychopathol.* 2017;29(3):905-917. doi:10.1017/S0954579417000284.
9. Castellano S, Martínez L, Torres J. Violência infantil e seu impacto na comunicação: Uma revisão crítica. *Rev Educ Especial.* 2015;31(2):65-78.
10. Andrade RA, Sigolo S, Aiello AL. Fatores de risco e estimulação ambiental no desenvolvimento da linguagem. *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum.* 2018;28(4):364-372.
11. Elsen I, Sigolo AC, Aiello A. Família e escola como agentes protetores no desenvolvimento infantil em situação de violência. *Psicol em Estudo.* 2019;24(2):1-12.
12. Rios P, Williams C. O papel da fonoaudiologia no manejo de dificuldades linguísticas associadas à violência. *J Commun Disord.* 2019;84(5):1-9.
13. Zanella MN, Lara AM de. O Código de Menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais: O nascimento da justiça juvenil. *USP.* 2015;6(10):105-128.

14. Andion C, Gonsalves AKR, Magalhães TG. 30 anos de direitos da criança e do adolescente: uma análise da trajetória da política pública no Brasil. *Opinião Pública*. 2023;29(1):226-269. doi:10.1590/1807-01912023291226.
15. Castro EG de, Macedo SC. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementaridade, desafios e diferenças. *Rev Dir e Práxis*. 2019;10(2):1214-1238. doi:10.1590/2179-8966/2019/40670.
16. Brasil. Constituição (1990). Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.
17. Lima BP da Silva, Garcia VL, Amaral EM. Atividades profissionais do fonoaudiólogo na Atenção Primária à Saúde no Brasil. *Distúrbios da Comunicação*. 2021;33(4):751-761. doi:10.23925/2176-2724.2021v33i4p751-761.
18. UNICEF. Relatório de Situação da Infância e Adolescência no Brasil 2020. Organização das Nações Unidas para a Infância; 2020.
19. Ribeiro AC, Pedrosa FI, Arboit J, Honnef F, Paula CC de, Leal TC, Brum MHC. Enfrentamento das situações de violência contra crianças e adolescentes na perspectiva de Conselheiros Tutelares. 2022.
20. Jampersa L. Quebrando o silêncio: violência familiar e o trabalho clínico de profissionais da saúde. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná; 2022. 106 f. Dissertação (Mestrado) -Mestrado e Doutorado em Distúrbios da Comunicação.
21. Souza MF de, et al. O impacto da violência doméstica no desenvolvimento infantil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2017;22(12):4071-4080. doi:10.1590/1413-812320172212.15562016.
22. Martins BC, Guarnieri C, Gonçalves BRL, Lopes-Herrera SA. Mutismo seletivo, quando a intervenção fonoaudiológica é necessária? *Anais*. 2015.
23. Anunciação LL, Carvalho RC de, Santos JEF, Moraes AC, Almeida VRS de, Souza S de L. Violência contra crianças e adolescentes: intervenções multiprofissionais da atenção primária à saúde na escola. *Saúde em Debate*. 2022 Nov;46(3):201-12. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042022e315>.
24. Sanches L da C, Gabriela G de, Ramos M, Rozin L, Rauli PMF. Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. *Rev Iberoam Bioética*. 2019; Feb 21;(9):1-13. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14422/rib.i09.y2019.003>.
25. Sousa MB, Brito GG, Gonçalves JNV, Souza MA, Costa BL, Tozo FP. Um muro de silêncio: a subnotificação do abuso sexual infantil intrafamiliar. *Braz J Health Rev*. 2022;5(2):1-6.
26. Williams J, et al. As consequências da violência infantil no desenvolvimento da linguagem e cognição: uma análise longitudinal. *J Dev Behav Pediatr*. 2022;43(2):103-114.
27. Nunes ACP, Silva CC, Carvalho CTC, Silva FG, Fonseca PCSB. Violência infantil no Brasil e suas consequências psicológicas: uma revisão sistemática [monografia]. Curitiba: Universidade Estácio de Sá-Unesa; 2020. 34 p.
28. Bettio CDB, Bazon MR, Schmidt A. Fatores de risco e de proteção para atrasos no desenvolvimento da linguagem. *Psicol Estud*. 2019;24:e000-15.
29. Paulino BS. Manhês: implicações na aquisição e no atraso de linguagem [trabalho de conclusão de curso]. Goiânia: Universidade Católica de Goiás; 2021. 26 p.

30. Galvão AMNP. As linguagens da comunicação: principais perturbações da linguagem ao longo do ciclo vital e comunicação em saúde [dissertação]. Porto: Universidade Fernando Pessoa; 2019. 53 p
31. Silva RPM, Nascimento CMB do, Miranda GMD, Silva VL da, Lima MLLT de, Vilela MBR. Evolução da oferta de fonoaudiólogos no SUS: um estudo sobre a correlação com os indicadores sociais no Brasil na última década. *Codas*. 2021;33(2):1-8. doi:10.1590/2317-1782/20202019243.
32. Cesaro BC de, et al. Alterações na comunicação em crianças vítimas de violência: reflexões para a Fonoaudiologia. 2016. 11 f. Programa de extensão-Curso de Fonoaudiologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/26908/20870>.
33. Dias NM, et al. Linguagem oral e escrita na Educação Infantil: relação com variáveis ambientais. *Psicologia Escolar e Educacional*. 2019;23:1-10. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392019018467>.